

**X Congresso Latinoamericano de Ciência Política: Nuevas configuración del Poder y Desafios Actuales de la Democracia en América Latina**

**Título: Capitalismo, Conflito e Democracia: dialética de uma equação possível?**

Autor: Flávio Badaró Cotrim

Correo electrónico: flaviobadaro@gmail.com

Institución: Universidade de Brasília

Eje Temático: Democracia, Democratización y Calidad de las Democracia

Trabalho preparado para sua apresentação no X Congresso Latino-americano de Ciência Política (ALACIP), organizado conjuntamente pela Associação Latinoamericana de Ciência Política, a Associação Mexicana de Ciência Política e o Tecnológico de Monterrey, 31 de julho, 1, 2 e 3 de agosto 2019

Resumo:

*O presente trabalho objetiva trazer uma reflexão acerca da relação entre capitalismo, conflito e democracia, buscando compreender as possíveis conexões existente entre tais conceitos. As necessidades próprias da manutenção da sociabilidade capitalista acirram as desigualdades materiais, no campo econômico, e as desigualdades de acesso ao poder, na esfera política, essa característica exaspera os conflitos no interior na sociedade na busca por recursos escassos, sejam eles materiais ou simbólicos. Qual o grau de conflito que uma sociedade democrática suporta? Para fazer a discussão proposta, partiu-se de duas formas de resistência apresentadas por James C. Scott e Gramsci. A primeira possui um foco mais individual e a segunda, por sua vez, um foco mais coletivo. Partindo de tais perspectivas buscar-se-á estabelecer conexões entre os conceitos de democracia e capitalismo, tendo a resistência como elemento de ligação. Conclui-se que o enfoque no conflito e na resistência individual reforça a perspectiva de associação da democracia aos métodos de escolha de elites. Além disso, a sociabilidade própria do capitalismo procura constranger as noções de conflito, por ser visto como uma forma de ameaça à sua posição dominante. Nesse sentido, diante dessas duas características, procura-se apontar uma relação conflituosa entre democracia e capitalismo.*

Palavras chaves: Capitalismo; Democracia; Conflito; Dialética

## 1. *Introdução*

O presente texto busca fazer uma reflexão preliminar acerca da relação entre capitalismo, conflito e democracia, tentando compreender as possíveis conexões existente entre esses conceitos.

Estamos partindo do pressuposto da existência de uma tensão (crescente?) entre os conceitos apresentados. Podemos afirmar, com algum grau de certeza, que está cada vez mais difícil equalizá-los, já que as necessidades próprias da manutenção da sociabilidade capitalista acirram as desigualdades materiais, no campo econômico, e desigualdades de acesso ao poder, na esfera política. Essa característica potencialmente exaspera os conflitos no interior na sociedade na busca por recursos escassos, sejam eles materiais ou simbólicos.

Assim, a pergunta que fazemos é: Qual grau de conflito uma sociedade democrática suporta? Tão importante quanto responder essa questão, é compreender quais mecanismos utilizados pelo Estado para resolução de conflitos são aceitos como democráticos? Acreditamos que entender essa relação nos dará a base necessária para lançar luz sobre a relação dos conceitos expostos.

O trabalho tem como eixo norteador duas formas de Resistência: a primeira, com foco mais individual (James C. Scott) e a segunda, com um foco mais coletivo (Antônio Gramsci). Será a partir dessas duas formas de resistência que pretendemos estabelecer as conexões com os outros conceitos em tela nesse nosso esforço de sistematização.

## 2. *Democracia e conflito*

A relação entre democracia e conflito sempre teve um espaço de destaque nas teorias políticas, em muito, devido à sua conexão com o poder. Assim, conflito e poder estabeleciam uma simbiose no pensamento dos principais teóricos que tinham a política como elemento central da sua análise. Vemos essa relação em Maquiavel, Weber e Marx, entre outros. Nosso objetivo não é identificar como o conflito e poder eram mobilizados pelos autores citados, apenas queremos registrar essa relação no pensamento político clássico.

Nesses termos, o conflito tinha por objetivo a disputa pelo poder, e estava ligado à ascensão da burguesia enquanto classe dominante. Contudo, a partir desse momento, essa disputa era balizada pelo estabelecimento de regras de jogo, ou seja, era circunstanciado e tendo suas possibilidades de lances e normas que o normatizava. À primeira vista, somos tentados a considerar a existência de um processo contínuo de deslegitimação de ações mais violentas da atuação política. Dessa forma, o conflito domesticado encontrava-se recortado da sua capacidade de efetivação. Ou, como aponta Bobbio, as “regras do jogo” diminuíram a potencialidade do conflito. Na versão minimalista das regras do jogo, o conflito concentrava-se no mercado pelo voto, ou seja, em tese sem violência.

A visão geral marcava uma relação baseada no interesse e na busca por melhorar sua posição nas disputas no interior da sociedade. Dessa forma, o conflito estava relacionado com as disputas por posições de poder e, portanto, estava conectado com o próprio desenvolvimento da sociedade. Assim, era difícil pensar a sociedade sem conflito. A questão circundava a que tipos de conflitos seriam aceitos como legítimos.

Como apontou Miguel (2014), houve um processo de contestação no qual o conflito tem perdido espaço na teoria democrática. Dois autores são peças fundamentais nesse processo, são eles: John Rawls e Jürgen Habermas. São autores que, como aponta Miguel, renovam a confiança na capacidade da razão humana em resolver conflitos, ou mais especificamente, na capacidade que a interação tem em produzir consenso. Estamos, dessa forma, no diapasão, segundo o qual a interação das atividades humanas potencialmente produz consensos e que os indivíduos podem abrir mão de seus interesses em nome de um determinado bem comum.

Em uma visão aparentemente oposta, Chantal Mouffe vai tentar ressignificar a relação entre conflito e consenso. Mesmo acreditando na necessidade de superação do conflito para a realização da democracia, a autora canadense constrói essa superação a partir do conflito, ou seja, nesse caso, o conflito é a base de produção do consenso.

Desse modo, podemos afirmar que mesmo estando em possibilidade de ser evocado e utilizado, o conflito perdeu sua capacidade disruptiva de transformação social.

### 3. *Conflito e Estado*

Como vimos, a relação do conflito com a teoria política está um pouco “fora de moda”, escondida na busca pelo consenso ou nas disputas eleitorais. Contudo, podemos constatar ao longo da disciplina que ele foi primeiramente deslocado para a esfera individual e também passou a ser entendido em meio ao processo disputa de diferentes visões de mundo. No primeiro caso, temos a abordagem do James C. Scott e no segundo, de Antônio Gramsci.

James C. Scott (2011) tem como ponto de partida as rebeliões e as revoluções camponesas e como os atores políticos desses eventos são retratados por “acadêmicos de esquerda” em processos de transformação sociais, sempre de maneira subordinada ou mesmo anônimas, misturados às estatísticas dos vários tipos de recrutamento. Nota James Scott que, mesmo nas revoluções com grande participação dos camponeses, os resultados finais são, via de regra, desfavoráveis. Uma vez que, na maioria das vezes, essas revoltas são derrotadas e seus integrantes massacrados. Ainda nas revoluções apoiadas pelos camponeses, anota Scott, seus interesses também não são, via de regra, observados.

Para o autor, a ciência política preocupa-se demasiadamente em retratar e analisar rebeliões/resistências abertas contra os grupos dominantes. Para ele, esses eventos são esporádicos e geralmente acabam no massacre dos revoltosos, posto os custos da resistência serem muito altos. Diante desse fato, Scott chama a atenção para a importância da repressão para o processo de manutenção da ordem estabelecida. Em consequência, nosso autor procura valorizar outras formas de resistência. Ou seja, para ele, as lutas abertas têm tido pouca eficácia no contexto das lutas contra os vários tipos de dominação.

Depois desse diagnóstico, o autor viu a necessidade de mover a ênfase da análise para o que ele chamou de “formas *cotidianas* de resistência camponesa”. Essas lutas “Brechtianas” seriam uma nova configuração da luta de classes, que

tem por principal característica a falta de uma coordenação central. Ao contrário, elas se caracterizariam como ações individuais e sem uma confrontação direta. Faziam parte desse novo repertório de ação os pequenos furtos, a relutância, a falsa submissão, a sabotagem, entre outras.

Assim, o autor passa a narrar exemplos históricos em que essa estratégia foi utilizada. Cita as deserções nas monarquias do Sudeste Asiático, da França pós-revolucionária e no começo do Império e a Guerra Civil Norte-Americana. Para sair das questões militares, o autor também cita outras formas de “subordinação silenciosa” como a sonegação fiscal nos países de Terceiro Mundo.

Mesmo o ponto central da argumentação sendo a resistência silenciosa, dissimulada e pouco refletida, ela não é necessariamente pacífica. Podem envolver saques e depredações, justamente porque guardam uma semelhança com as contestações públicas convencionais, quais sejam, reivindicações voltadas “a mitigar ou rejeitar demandas feitas pelas classes superiores ou a levar adiante reivindicações com relação a tais classes” (Scott, p, 223).

O tom e as características das ações de resistências têm relação com duas características principais: a primeira, relacionada ao grau das relações de trabalho, ou seja, quanto mais degradante for essa relação, mais potencial de agressividade tende a ter as ações de resistência; o outro ponto, é a capacidade dos setores dominantes em impor sanções e retaliações. Assim, os camponeses procuram brechas nas estruturas de dominação e, a partir delas, explorar e satisfazer as suas necessidades.

O campesinato é o exemplo dessa forma de resistência, porque, segundo o autor, ele é uma classe de baixa diversificação e pouco “classista”, portanto, carente de liderança e disciplina. Essa é uma das características necessárias para a realização dessa forma de resistência. O que poderíamos perguntar é: esse tipo de estratégia tem validade para o nosso contexto?

Assim, o autor procura entender como essas relações cotidianas e corriqueiras formam ou ajudam a conformar a relação entre os setores antagônicos da sociedade. Uma vez que produz uma resistência que não necessita ser elaborada ou conscientizada em um discurso prévio de sentido, por outro lado, ela

fornece uma fachada de submissão e respeito às ordens da classe dominante, expressando uma sensação de tranquilidade e acomodação.

Em sentido oposto, tem a visão de que as resistências ao processo de dominação têm melhor resultado quando feitas de maneira coletiva e organizada. Um grande exemplo dessa visão é desenvolvido pelo teórico italiano Antônio Gramsci.

É grande a fortuna do pensamento político de Antônio Gramsci no Brasil. As categorias e conceitos elaborados pelo pensador italiano ganharam uma boa receptividade e constitui um campo cada vez mais influente de pesquisa social no país. Essa abrangência não foi, contudo, sem problemas e ocorreu diante da crescente diminuição da interlocução de seu pensamento com a teoria marxista.

Podemos identificar ao menos três recepções ao seu pensamento. A primeira obra gramsciniana editada no Brasil (1966) foi *A concepção dialética da História*, resultado de uma seleção de notas contidas nos originais dos *Cadernos do Cárcere*, editado por Togliatti. Carlos Nelson Coutinho, na introdução da edição integral dos *Cadernos*, mostra que o ambiente político-social assim como as opções de Togliatti diminuíram as possibilidades de recepção, já que foram censuradas notas críticas dirigidas ao materialismo histórico. Também, em decorrência da sua estruturação, a edição fragmentou e esquematizou o impulso criativo do autor. Gramsci, nesse período, foi apresentado como um pensador da Superestrutura, da Cultura (Nacional – Popular).

Uma segunda recepção de Gramsci apresenta-o como teórico da Sociedade Civil (Bobbio, 1999; Coutinho, 1999), desenvolvendo uma interpretação que o afasta da economia, e por consequência de Marx. O centro dessa interpretação é a separação entre Sociedade Civil e Estado (Sociedade Política), na qual a primeira tem a primazia no processo de construção da contra-hegemonia. Existe, desse modo, um atrito, passando a dinâmica do processamento das lutas por mudanças sociais para o âmbito do terreno da sociedade civil. O Estado (Sociedade Política) perde a centralidade da dinâmica do desenvolvimento, agora entendido a partir da noção de guerra de posição vinculada ao caminho civil-parlamentar. O Estado é apresentado como ampliado, a partir do momento em que

promove a junção entre sociedade civil e sociedade política. No entanto, nessa recepção, o Estado perde seu caráter de totalidade, mesmo teoricamente, a sociedade civil sendo uma parte integrante.

Outra vertente dessa segunda recepção (Gruppi, 1978) procura associar o pensamento político de Gramsci como codificador do leninismo para as sociedades ocidentais. Ou seja, a grande genialidade de Gramsci teria sido a capacidade de traduzir os conceitos desenvolvidos por Lênin e, por consequência, por Marx, para as sociedades industrializadas presentes no Ocidente.

A terceira recepção de Gramsci no Brasil procura identificar o pensador italiano com o processo crítico de refundação do campo teórico marxista (Baratta, 2004; Maccabelli, 2010; Bandaloni, 1977; Guimarães, 1998). A crítica desses autores às recepções anteriores concentra-se, principalmente, na questão da separação entre a sociedade civil e a sociedade política. Essa separação, vão argumentar os autores desta recepção, impede o entendimento da filosofia da Práxis como momento de refundação do campo teórico marxista.

Um conceito importante que marca a atuação estratégica dos atores sociais coletivamente organizados é o de hegemonia. No entanto, em primeiro lugar, é preciso retirar-lhe qualquer aspecto totalitário. Usamos o conceito de hegemonia do pensador italiano Antônio Gramsci que essencialmente trata da capacidade que um determinado grupo no interior de uma classe tem em direcionar as ações desta a um determinado sentido. Essa direção, para ser real e duradoura, deve ser ancorada no consentimento efetivo dos membros dessa mesma classe. Além disso, o conceito de hegemonia refere-se também à disputa do caminho a ser trilhado pela sociedade. Em outras palavras, hegemonia é a capacidade que uma classe tem em transformar seus objetivos específicos nos interesses gerais da sociedade.

Diz Gramsci:

É por isso que se deve chamar a atenção para o fato de que o desenvolvimento político do conceito de hegemonia representa, para além do progresso político-prático, um grande progresso filosófico, já que implica e supõe necessariamente uma unidade intelectual e uma ética adequada a uma concepção do real que superou o senso

comum e tornou-se crítica, mesmo que dentro de limites ainda restritos. (GRAMSCI, 1999, p. 104).

Hegemonia, segundo Luciano Gruppi, é

(...) justamente a capacidade de descobrir a especificidade nacional, as características específicas de uma determinada sociedade. (...) hegemonia é a identificação da nova tática e da nova estratégia que devem ser usadas em situações determinadas. (GRUPPI, 1978).

A construção de uma hegemonia da sociedade não poder ser separada das condições reais e específicas em que a luta de classe desenrola em um determinado país e em um determinado tempo histórico. Ou seja, no nosso caso, a construção de uma determinada hegemonia deve estar ligada às formas de resistência e repressão presente historicamente naquela sociedade. Desse ponto de vista, essa perspectiva nos permite pensar as formas de resistência de modo mais aberto e menos dogmático.

Gramsci acredita que a ideologia nem sempre tem sentido ou força negativa. Quando historicamente orgânica, ela pode ser utilizada para levar aos “simples” a aquisição do bom senso e sua organização. Por outro lado, pode ser arbitrária e, nesse caso, coopera apenas com o consentimento das massas acerca das concepções de mundo dominantes.

É necessário [...] distinguir entre **ideologias historicamente orgânicas**, isto é, que são necessárias a uma determinada estrutura, e **ideologias arbitrárias**, racionalísticas, “voluntaristas”. Enquanto são historicamente necessárias, as ideologias têm uma validade “psicológica”: elas “organizam” as massas humanas, formam o terreno no qual os homens se movimentam, adquirem consciência de sua posição, lutam, etc.

Enquanto são “arbitrárias”, não criam mais do que “movimentos” individuais, polêmicas, etc. (nem mesmo estas são completamente inúteis, já que funcionam como o erro que se contrapõe à verdade e a afirma). (GRAMSCI, 1999, grifo nosso).

Assim, o próprio movimento de busca da hegemonia perpassa pela necessária busca da ideologia que, quando historicamente orgânica, tende a organizar as massas para a superação do senso comum. Entretanto, quando voltada para o consentimento das forças dominantes, funciona como mantenedora da própria unidade social existente. Quando arbitrária, a ideologia passa a ter caráter religioso, de fé. É dogmática do pensar-agir social. A partir da ideologia tem a intenção de conservar a própria unidade ideológica.

Por isso, Gramsci (Ibidem) insiste muito na necessidade de desenvolver uma concepção de mundo em que as diferenças entre a filosofia e o senso comum sejam diminuídas ao máximo possível. O autor não propõe uma igualdade total, ele argumenta inclusive acerca da importância das ações individuais para o progresso de uma concepção de mundo. Todavia, um grupo coerente e unitário não consegue manter a hegemonia na sociedade se a maioria do povo estiver sem qualquer organicidade filosófica e cultural com a hegemonia dominante. Podemos esperar, vide exemplos históricos, tendencialmente duas respostas: 1) a necessidade do uso cada vez maior da força (coerção) para manter a hegemonia; 2) a hegemonia em crise, ser suplantada por outra (o que ocorreu no caso do fascismo).

Portanto, vemos a possibilidade de existência de várias concepções de mundo em um mesmo período histórico. Essas concepções comportam-se como ideologias que disputam entre si a direção moral e intelectual da sociedade. Permite-nos, assim, negar qualquer traço autoritário na formulação de Gramsci.

Para Gramsci (1999), existe a necessidade de constituição de um partido revolucionário para que haja a formação de uma hegemonia da classe operária, já que é através dele, o partido, que existe a possibilidade de unificação do pensamento e da ação da classe. A formação desse partido é resultado de um processo que parte do “nível mais alto da consciência”, sem ser com isso burocrático, mas uma maneira de direção do movimento espontâneo contra a ordem estabelecida. Nesse sentido, o partido aparece como grande reformador intelectual e moral, o que procura superar a velha concepção de mundo, desvelando suas contradições, e construir outra a partir de outro modelo civilizatório. A atuação do partido é importante porque, segundo Gramsci (1976), ele é ao mesmo tempo o

organizador e a expressão “ativa e atuante” na luta pela transformação da sociedade.

Já que o partido é a “expressão de um processo coletivo, de uma vontade coletiva dirigida para um determinado fim” (Ibidem), a proposta de Gramsci é do partido enquanto uma “iniciativa revolucionária” que, na luta hegemônica, possa transformar a sociedade. Nesse ponto, a preocupação de Gramsci é com as deformações no pensamento marxiano (com o determinismo e o mecanicismo) que, na visão do autor, rebaixaram a teoria marxiana a uma interpretação mecanicista e positivista da história e da realidade. Uma das funções do partido é justamente a superação dessa condição. O partido, assim, atuaria como uma vanguarda a difundir uma visão alternativa e crítica da sociabilidade dominante na sociedade capitalista. Gramsci, no entanto, alerta para que a atuação deste instrumento não seja descolada do pensamento do conjunto da classe, não podendo haver uma dicotomia entre a direção e a base. Essa dialética Intelectual – Massa não é restrita ao interior do partido, pelo contrário, é a responsável pela capacidade de criação de uma “linguagem comum” com as pessoas as quais o partido político deseja dotar de uma nova visão de mundo, na busca de que todos se sintam parte do mesmo processo.

Para Gramsci o partido tem três elementos principais:

- 1- “elemento difuso, de homens comuns e médios, que oferecem como participação a sua disciplina e sua fidelidade, mas não o espírito de criação e de alta responsabilidade” (GRAMSCI, 1978).
- 2- “elemento coesivo principal, centralizado a nível nacional, que torna eficiente e potente um conjunto de forças que, entregues a si, não contariam nada, ou contraiam pouco (...) (caracteriza-se pela força) coesiva, centralizadora e disciplinadora” (GRAMSCI, 1976).
- 3- “elemento médio, que articula o primeiro com o segundo elemento, os põe em contato, não só físico, mas moral e intelectual” (Ibidem).

Assim, o processo de construção de uma hegemonia, ou seja, o processo de unificação do pensamento e da ação da classe subalterna se materializa e toma corpo na construção de um Bloco Histórico. Este se caracteriza por uma “unidade

de forças políticas e sociais diferentes” que se conservam unidas através de uma mesma concepção de mundo. Ainda, a formação de um bloco histórico abrange a posição contra-hegemônica ao poder dominante. Para isso, é necessária a apresentação das noções que servirão como base para a construção da nova sociedade.

Assim, a resistência atua de maneira ativa na construção da hegemonia, na medida em que ela molda os tipos de ação construtiva de uma determinada hegemonia. Portanto, as formas de resistências que não encontram eco na realidade social, dificilmente terão papel ativo na construção de uma visão de mundo. Em Gramsci, o canal de recepção e decantamento das formas “válidas” de resistência é o Partido, visto como o novo Príncipe.

Como bem lembrou Scott, o Estado é o agente que atua na repressão ao mesmo tempo que é o antagonista dos movimentos de resistência. Já em Gramsci, o Estado pode ser entendido como contendor das demandas políticas, mas pode ser também um agente receptivo a essas mesmas demandas. A diferença que podemos apontar entre as duas formas de resistências apresentadas nessa seção é o caráter individual e pouco organizado em Scott, em contraposição ao caráter coletivo e organizado desenvolvido pelo pensador sardo.

#### 4. *Estado e Democracia*

A tensão entre democracia e mercado já foi tema de vários estudos. Alguns autores, como Norberto Bobbio (1994), afirmam existir uma relação de dependência entre os dois. Afirma o teórico italiano que a democracia não existe sem as relações próprias de mercado, sendo este último uma das condições necessárias para a existência da primeira. Robert Dahl (1997), por sua vez, aponta em seu trabalho algumas condições que precisam ser observadas no processo de democratização da sociedade. A existência da possibilidade de condições de contestação e de participação definiria o grau de avanço de uma determinada sociedade. Mesmo sendo instável e incerto, existe no autor uma percepção de que as mudanças na ampliação, tanto da participação quanto da oposição, são graduais e próprias das sociedades modernas, em outras palavras, das sociedades liberais (Ibidem).

Outro estudo importante é o da Ellen Wood (2003), *“Democracia contra Capitalismo”*, no qual a autora aponta com bastante clareza as consequências reducionistas da separação entre o “econômico” e o “político” no pensamento da esquerda. Nesse sentido, Wood (2003) destaca como tal separação ajudou a alargar as margens de percepção teórica que restringia o entendimento do capitalismo como um modo de produção historicizado. Tal debilidade, apresentada por boa parte do pensamento clássico, diminuiu a compreensão das consequências sociais produzidas pelo capitalismo ao mesmo tempo que levou a luta anti-capitalista à inércia. Diante de um ambiente com muitas dificuldades, a esquerda perdeu boa parte da sua capacidade de formulação de uma alternativa à associação entre democracia e capitalismo.

Assim, uma das soluções mais visíveis desse labirinto foi o abandono de uma perspectiva radical de separação entre democracia e capitalismo. Cercado, o pensamento crítico buscou refúgio em alternativas pós-políticas (Mouffe, 2007) que centravam suas energias em soluções e movimentos locais. Outra solução menos visível, mas para nós muito importante, foi o abandono da compreensão do capitalismo enquanto uma totalidade de relações sociais e, a partir disso, da reflexão de alternativas gerais.

A relação entre a tradição marxista e a democracia tem sido marcada por uma tensão mútua. Como aponta Guimarães (1998), a tradição liberal centrou sua crítica na incapacidade do marxismo em apresentar uma proposta convincente de democracia, já que possuía na sua gênese uma visão determinista da história.

Lefort (1991) parte do pressuposto, seguindo indicação de Maquiavel, que os conflitos e as disputas são a fonte da liberdade. Sendo também caracterizados como ações de natureza política, uma criação contínua do social, os conflitos e as disputas representam fortemente a noção de imprevisibilidade da ação humana, do caráter instituinte do político.

A crítica lefortiana vai argumentar que o marxismo tem uma incapacidade genética em compreender o político como portador de uma dimensão simbólica, como princípio gerador de uma sociabilidade própria. Em decorrência, Marx,

segundo Lefort (1991), concebe o político como uma superestrutura das relações de produção, ou seja, como um epifenômeno.

Ainda segundo Lefort (Ibidem), a obra marxiana reduz o momento éticopolítico de fundação do Estado e da Sociedade Civil. Para o autor, a tese de Marx promove a ideia de que o Social, enquanto local da revolução humana, precede o Político.

No mesmo diapasão, Norberto Bobbio, no ensaio *Existe uma doutrina marxista do Estado*, parte de uma polêmica acerca da insuficiência, deficiência e a própria inexistência de elaboração de uma ciência política marxista para discutir a questão do Estado em Marx e no marxismo de modo geral. Para Bobbio (1979) o pensamento político de Marx encontra-se no registro da grande corrente realista de interpretação que despe o Estado de toda noção metafísica. Para o autor italiano, “a originalidade de Marx consiste no fato de que ele é o primeiro escritor político que une uma concepção realista do Estado a uma teoria revolucionária de sociedade” (p.29). Nesse sentido, Marx partilhava uma concepção segundo qual o Estado é fundado sobre a força, contudo não possuindo uma visão pessimista da natureza humana ou da história. Por isso, para Bobbio (1979), “{Marx} pôde fazer da concepção realista do Estado (o Estado como um mal necessário) uma das alavancas de uma teoria revolucionária da sociedade” (p.30), visto que, a partir da noção de quem governa o Estado, teríamos condições de construir um Estado bom ou mau.

O ponto central da crítica levantada por Bobbio (Ibidem) reside no fato de que, tendo uma concepção negativa da política, a concepção marxiana tendia a considerar “todas as formas de governo, enquanto políticas, pelo fato de serem políticas, eram más” (p.28). Esta percepção, quando comparadas aos debates contidos nos clássicos do pensamento político, nos mostra que o foco da análise de Marx centrava-se no problema de “quem” governa. Isso trouxe consequências profundas na forma e na construção de uma concepção de Estado, em consequência, da Política.

Adam Przeworsky (1985) vai trabalhar com a ideia de submissão do poder político ao poder econômico, o primeiro apresentado como portador de interesses

próprios mas que está circunscrito ao poder público do capital; e o segundo, como o poder estrutural das relações sociais, independente também das relações aos mandatos eleitorais. O Estado é, dessa forma, o poder legitimador e conservador do capitalismo.

Outro autor a trabalhar com a noção de dependência entre capitalismo e Estado é Claus Off (1984). O autor chama a atenção para a aparente contradição entre a dinâmica não capitalista do Estado e sua efetiva atuação capitalista na realidade, mostrando sua subordinação no momento de formulação dos interesses da classe capitalista, denominando esse processo como “seletividade positiva” da atuação do Estado. Em contrapartida, a “seletividade negativa” seria o momento de repressão e manutenção do poder. O autor ressalta, e esses dois aspectos nos interessa, primeiro a questão das “burocracias estatais” e, segundo, o caráter seletivo de atuação do Estado. Pensamos que esses dois elementos possuem uma íntima relação, uma vez que é através dos agentes burocráticos que a seletividade se concretiza e afirma seu caráter de classe. Tais aspectos são importantes, na nossa argumentação, porque é através da seletividade das ações estatais que a classe dominante controla o grau de conflito e a densidade da democracia.

Como não é o foco do nosso trabalho, não pretendemos debater se existe uma concepção de Estado na obra fundante do marxismo e, se caso tivesse, quais seriam suas características. No momento, nos interessa reter que em Marx (2103) o Estado apresenta-se como um agente que visa defender os interesses das classes dominantes. Dessa forma, a atuação do Estado é prioritariamente conservadora, ou seja, de manutenção da ordem vigente. Fica claro também, que o caráter repressivo do Estado está na sua gênese, ou seja, faz parte da sua natureza. Mesmo nos momentos em que o Estado se coloca como entidade que paira acima dos conflitos políticos e econômicos, sua atuação é eminentemente repressiva.

Portanto, podemos afirmar que as características e a densidade do conflito vão definir as especificidades de cada Estado Nacional. Dessa ligação umbilical, acreditamos ser possível compreender as características e as deficiências das democracias.

## 5. *Conclusões preliminares*

Podemos pensar o capitalismo sem conflito? Tentamos ao longo desse trabalho defender a ideia que não é possível fazer tal separação, já que entendemos que as consequências da sociabilidade própria do regime do capital é a desigualdade, em suas mais variadas formas. Dessa maneira, o conflito será sempre uma de suas características.

Dentro dessa perspectiva, acreditamos que o capitalismo marca restritivamente a construção das democracias e a atuação repressiva do Estado, ou seja, o escopo democrático tende a ser sempre limitado enquanto estiver associado ao capitalismo e o Estado terá sua face repressiva mais evidente, já que as características do capitalismo informam também as formas de atuação do Estado.

Assim, nos parece possível afirmar a existência de uma relação de entrelaçamento entre capitalismo, democracia e mercado. Essa relação é predominada pela sociabilidade surgida da formação social capitalista. Não estamos, com isso, advogando uma primazia do material ou do econômico perante o político. Estamos, sim, argumentando que as relações oriundas do capitalismo são formadoras de conflitos, e como já afirmamos, nos seus mais variados enfoques.

Portanto, pensar as formas de resistência teria mais potencialidade quando realizadas conjuntamente com reflexão sobre as relações sociais produzidas pelo capitalismo, visto que o Estado estará constrangido para agir na defesa dos interesses dominantes. Ao pensar no conflito sem essas relações teremos uma abordagem limitada acerca do problema.

Por fim, mesmo reconhecendo a eficácia e a utilidade de formas individuais de resistência, acreditamos ser mais proveitoso e conseqüente as formas coletivas de resistência.

## 6. *Referências Bibliográficas*

AGGIO, Alberto; HENRIQUES, Luis Sérgio; VACCA, Giuseppe (Orgs). **Gramsci no seu tempo**. Rio de Janeiro: Contraponto, 2010.

ANDERSON, Perry. **As Antinomias de Gramsci**. In: *Critica Marxista* nº 1 São Paulo: Joruês, 1986.

BARATTA, Giorgio. **As rosas e os Cadernos**: o pensamento dialógico de Antonio Gramsci. Rio de Janeiro: DP&A, 2004.

\_\_\_\_\_. **Antônio Gramsci em contraponto**: diálogos com o presente. São Paulo: UNESP,

BARROW, Clyde W. **Critical Theories of the State**: Marxist, Neo-Marxist, PostMarxist. London: University of Wisconsin Press, 1993.

BIANCHI, Alvaro. **O laboratório de Gramsci**: filosofia, história e política. São Paulo: Alameda, 2008.

BIANCHI, Alvaro. **Arqueomarxismo**: comentários sobre o pensamento socialista. São Paulo: Alameda, 2013.

BOBBIO, Norberto. **Ensaio sobre Gramsci**. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

\_\_\_\_\_. **Liberalismo e Democracia**. São Paulo: Brasiliense, 1994

BORON, Atilio A. **Aula Inaugural: pelo necessário (e demorado) retorno ao marxismo**. In: BORON, Atilio A.; AMADEO, Javier; GONZALEZ, Sabrina (orgs.). *A teoria marxista hoje: problemas e perspectivas*. Buenos Aires: CLACSO, São Paulo: Expressão Popular, 2007. p.33-50.

\_\_\_\_\_. **Teoria Política Marxista ou Teoria Marxista da Política**. In: BORON, Atilio A.; AMADEO, Javier; GONZALEZ, Sabrina (orgs.). *A teoria marxista hoje: problemas e perspectivas*. Buenos Aires: CLACSO, São Paulo: Expressão Popular, 2007. p.167-181.

COUTINHO, Carlos Nelson. **Gramsci**: um estudo sobre seu pensamento político. 2a ed. Rio de Janeiro: Campus, 1992.

DAHL, Robert. **Poliarquia: participação e oposição**. Edusp. São Paulo, 1997.

LEFORT, Claude. **Pensando o Político**: ensaios sobre a democracia, revolução e liberdade. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991.

MARX, Karl. O processo de trabalho e o processo de valorização. In: **O capital**. vol. 1. São Paulo: Boitempo, 2013.

MIGUEL, Luis Felipe. **Consenso e conflito na teoria democrática: para além do 'agonismo'**. Lua Nova, nº 92, 2014, pp. 13-43.

\_\_\_\_\_. **A democracia e seus críticos**. MartinsFontes. São Paulo, 2012.

OFFE, Claus– “Dominação de classe e sistema político: sobre a seletividade das instituições políticas”, em Problemas estruturais do Estado capitalista. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1984.

PORTELLI, Hugues. **Gramsci e o Bloco Histórico**. Rio de Janeiro, 1977.

PRZERWORSKI, Adam. Democracia e Mercado. RJ, Relume-Dumará, cap 1 1994.

VACCA, Giuseppe (orgs). **Gramsci no seu tempo**. Rio de Janeiro: Contraponto, 2010.

WOOD. Ellen Meiksins. Estado, Democracia e Globalização. In: BORON, Atilio A.; AMADEO, Javier; GONZALEZ, Sabrina (orgs.). **A teoria marxista hoje: problemas e perspectivas**. Buenos Aires: CLACSO, São Paulo: Expressão Popular, 2007. p.381-393.